

HISTORIOGRAPHICA

LISBON HISTORICAL STUDIES

SÉRGIO CAMPOS MATOS & MARIA ISABEL JOÃO (ORGS.)

HISTORIOGRAFIA E *RES PUBLICA*



CENTRO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



HISTORIOGRAPHICA

LISBON
HISTORICAL
STUDIES



HISTORIOGRAPHICA
LISBON
HISTORICAL
STUDIES

HISTORIOGRAFIA E *RES PUBLICA* NOS DOIS ÚLTIMOS SÉCULOS

Sérgio Campos Matos & Maria Isabel João (orgs.)

CH
CENTRO DE HISTÓRIA

CEMRIZUAb
CENTRO DE ESTUDOS DAS
MIGRAÇÕES E DAS
RELAÇÕES INTERCULTURAIS
UNIVERSIDADE ABERTA

Lisboa

Centro de História da Universidade de Lisboa
Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta

2017

**Título | Title**

Historiografia e *Res Publica*
Nos dois últimos séculos

Direcção da Colecção | Series Editors

Sérgio Campos Matos & Covadonga Valdaliso

Organização | Organisation

Sérgio Campos Matos & Maria Isabel João

Editor | Editor

Sérgio Campos Matos

Assistentes de Edição | Editorial Assistants

Gonçalo Matos Ramos, Ricardo de Brito

Comissão Editorial | Editorial Board

Luís Filipe Barreto, Valdeir Araújo

Capa | Frontcover

Detalhe da representação da Divina Comédia de Dante Alighieri. Almada Negreiros, 1961. Pórtico da entrada da Faculdade de Letras. Arte parietal, gravuras incisas coloridas sobre parede revestida a cantaria de calcário, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Fotografia de Armando Norte.

Frontispício | Frontispiece

Detalhe de Cabeça Mecânica (O Espírito da Nossa Era). Raoul Hausmann, c. 1920. Montagem. Paris, Musée National d'Art Moderne, Centre Pompidou.

Contra-capas | Backcover

Musa (Clio?) lendo um volumem. Pintor de Klügmann, c. 435-425 BCE (Beócia?). Lekythos, cerâmica ática de figuras vermelhas, Museu do Louvre, CA 220.

Historiografia – História Contemporânea – Memória | 930(469) MATS**Editores | Publisher**

Centro de História da Universidade de Lisboa & Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta | 2017

Concepção Gráfica | Graphic Design

Bruno Fernandes

Impressão Gráfica | Printing Shop

Sersilto-Empresa Gráfica Lda.

ISBN 978-989-8068-22-4

Tiragem 300 exemplares

P.V.P. 15,00€

Centro de História da Universidade de Lisboa | Centre for History of the University of Lisbon
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | School of Arts and Humanities of the University of Lisbon
Cidade Universitária - Alameda da Universidade, 1600-214 LISBOA / PORTUGAL
Tel.: (+351) 21 792 00 00 (Extension: 11610) | Fax: (+351) 21 796 00 63
URL: <http://www.centrodehistoria-flul.com>

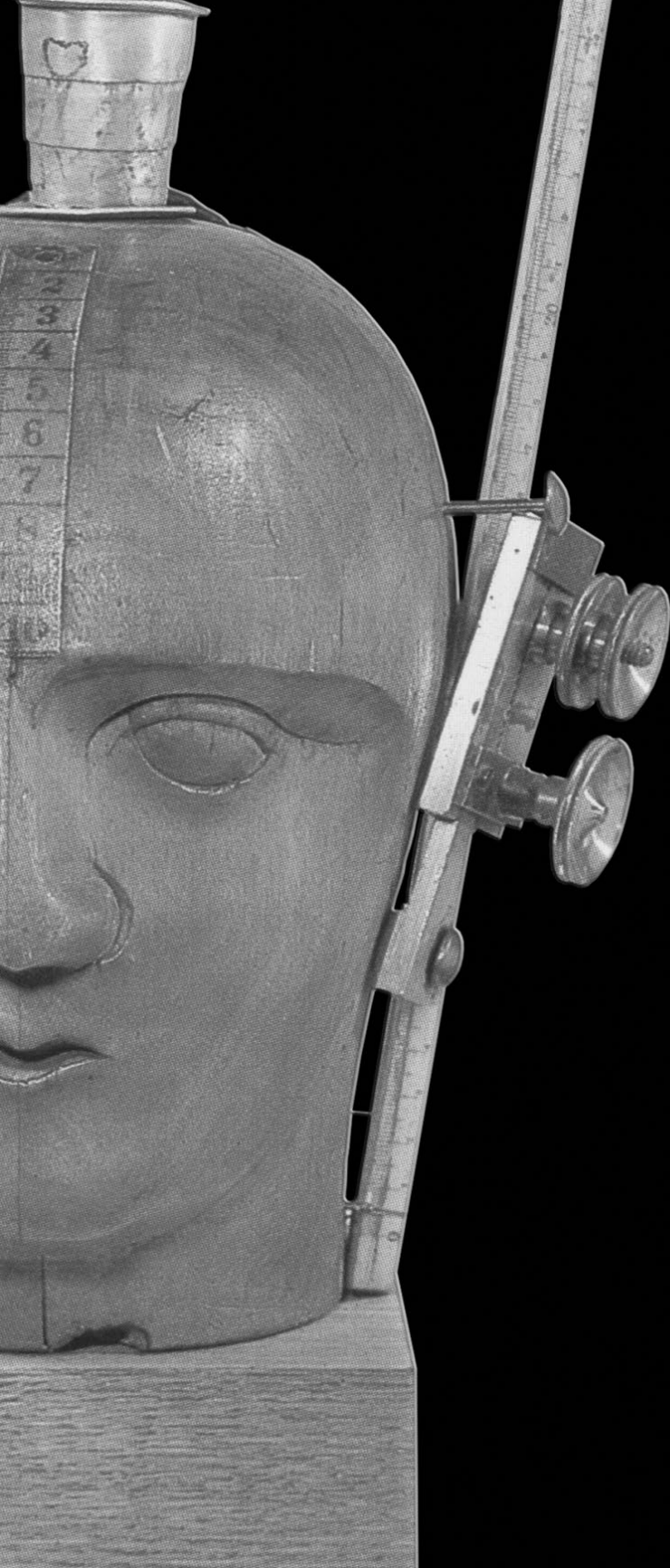


CENTRO DE ESTUDOS
DAS MIGRAÇÕES E DAS RELAÇÕES INTERCULTURAIS
UNIVERSIDADE ABERTA



This work is funded by national funds through FCT – Foundation for Science and Technology, under project UID/HIS/04311/2013 and project PEST-CE/SADG/UID289/2014.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/> or send a letter to Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA. Copyright for authors and editors remain as reserved according to the aforementioned license and complying with the FCT directive "Política sobre Acesso Aberto a Publicações Científicas resultantes de Projectos de I&D Financiados pela FCT (05/05/2014)".



ÍNDICE

- 11 SOBRE A ESCRITA DA HISTÓRIA NOS DOIS ÚLTIMOS SÉCULOS
Sérgio Campos Matos e Maria Isabel João

25 I - HISTÓRIA, TEMPO, CIDADANIA

- 27 O HISTORIADOR NA CIDADE: HISTÓRIA E POLÍTICA
Fernando Catroga
- 89 HISTOIRE GLOBALE, HISTOIRE NATIONALE?
COMMENT RÉCONCILIER RECHERCHE ET PÉDAGOGIE
Christophe Charle
- 115 AS FORMAS DO PRESENTE.
ENSAIO SOBRE O TEMPO E A ESCRITA DA HISTÓRIA
Temístocles Cezar
- 131 CONTINUIDADES E RUPTURAS HISTORIOGRÁFICAS:
O CASO PORTUGUÊS NUM CONTEXTO PENINSULAR (C.1834 - C.1940)
Sérgio Campos Matos

161 II - DIRECÇÕES DE ESTUDO

- 163 MODERNIZAÇÃO E BLOQUEIOS:
PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
NA MEMÓRIA HISTÓRICA
José Luís Cardoso
- 183 A HISTÓRIA SOCIAL EM PORTUGAL (1779-1974)
ESBOÇO DE UM ITINERÁRIO DE PESQUISA
Nuno Gonçalo Monteiro
- 203 ESPIRITUALIDADE E RELIGIÕES:
UNIVERSOS DE MOTIVAÇÃO E DE CRENÇA
António Matos Ferreira

217 AS MIGRAÇÕES NA HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA (1779-1974)
Jorge Fernandes Alves

241 O IMPÉRIO E AS SUAS METAMORFOSES NA HISTORIOGRAFIA
Diogo Ramada Curto

253 A HISTORIOGRAFIA NO ÂMBITO DOS ESTUDOS REGIONAIS
Maria Isabel João

283 III - PERIODISMO E HISTÓRIA

285 HISTÓRIA, OPINIÃO PÚBLICA E PERIODISMO
José Augusto dos Santos Alves

309 DIVULGAR O CONHECIMENTO HISTÓRICO
AS PUBLICAÇÕES COLECTIVAS DA ACL SOB O LIBERALISMO (1820-1851)
Daniel Estudante Protásio

337 O CONTRIBUTO D'O PANORAMA NA DIVULGAÇÃO HISTÓRICA
EM PORTUGAL NO SÉCULO XIX (1837-68)
Ricardo de Brito

355 DIFERENTES CONCEPÇÕES DE HISTÓRIA NA VÉRTICE
DURANTE O ESTADO NOVO (1942-1974)
José de Sousa

375 OS ARQUIVOS DO CENTRO CULTURAL PORTUGUÊS (1969-1993):
UMA "COLECTÂNEA ERUDITA" AO SERVIÇO DA HISTÓRIA
Andreia da Silva Almeida

403 A HISTÓRIA DE PORTUGAL NA SEARA NOVA:
A BUSCA NO TEMPO PASSADO PARA A CONSTRUÇÃO
DE UM PRETENDIDO FUTURO
Joaquim Romero Magalhães



II - DIRECÇÕES DE ESTUDO

AS MIGRAÇÕES NA HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA (1779-1974)

Jorge Fernandes Alves

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

Na linha do que aconteceu em outros países europeus, podemos afirmar que a historiografia das migrações em Portugal se tem vindo a desenvolver desde apenas algumas décadas, mais propriamente desde os anos 70, emergindo em sintonia com a história económica e social (e muito como seu subdomínio) e num leve diálogo com o marxismo, ou seja, na relação com o estudo da força de trabalho e com a preocupação de uma história a explorar “a partir de baixo”. Desenrolou-se, assim, uma discussão mais lata do que a breve referência à quantificação demográfica do fenómeno migratório e/ou a discussão das políticas migratórias, apontando para novas abordagens interdisciplinares, tentando captar e compreender um fenómeno que ganhava significado no então presente (com o simbólico ano de 1966 a revelar

um saldo migratório superior em 22454 indivíduos ao saldo fisiológico, como sublinhava Vitorino Magalhães Godinho¹). Na verdade, pode dizer-se que até aí os emigrantes faziam parte dos excluídos da história, submersos em referências fugidias a vagas, fluxos, marés migratórias, empurrados para fora do campo da observação tradicional de uma historiografia essencialmente política, limitada ao estudo da comunidade nacional e do Estado.

Os sinais dessa emergência historiográfica em Portugal, acompanhando as tendências da renovação historiográfica essencialmente francesa, assentam, a meu ver, em alguns nomes, que importa registar nas suas afirmações mais visíveis:

- Joel Serrão, com o artigo “Conspecto Histórico da Emigração Portuguesa” (*Análise Social*, nº 32, 1970), a que se seguiria o volume *A Emigração Portuguesa* (1972), sem esquecermos o sugestivo monumento historiográfico que dirigiu, o *Dicionário de História de Portugal*, com volumes publicados entre 1963-1971;

- Vitorino Magalhães Godinho, com a *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa* (1971), incluindo um capítulo dedicado à emigração (II – A Constante Fuga das Gentes), a que se seguiria o artigo incontornável “L’emigration portugaise – histoire d’une constante structurale” (Clermont-Ferrand, 1973), depois publicado no primeiro número da *Revista de História Económica e Social*;

- Miriam Halpern Pereira, cuja tese apresentada em Paris, em 1969 (versão em português: *Livre-câmbio e desenvolvimento económico*), incluía já uma abordagem à emigração oitocentista, com um artigo publicado, nesse mesmo ano, na *Seara Nova*, dando corpo a uma linha de pesquisa que teria múltiplos trabalhos e, sobretudo, o livro *A Política Portuguesa de Emigração 1850-1930* (Lisboa: A Regra do Jogo, 1981).

1 GODINHO, Vitorino Magalhães - *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. 2ª Edição. Lisboa: Arcádia, 1975: p.75.

Importa ainda sublinhar a influência de trabalhos de investigação de sociologia, psicologia e antropologia sobre o terreno, em França, desenvolvidos por investigadores bolseiros ou exilados, que se multiplicaram gradualmente nos anos 1960/70 em função da expressividade do fenómeno migratório e seu contexto político. A revista *Análise Social* acolheu textos dessas investigações, publicando, antes de 1974, estudos de José Carlos Ferreira de Almeida, Carlos Castro Almeida, António Barreto, António Teixeira de Sousa, M. L. Marinho Antunes, que constituem hoje textos fundamentais para os historiadores das migrações. É ainda possível encontrar textos nas áreas de história e geografia anteriores a 1974 relativos a migrações em revistas como *Seara Nova*, *Finisterra*, *Economia e Sociologia*, com textos de Miriam Halpern Pereira, Eduardo Mayone Dias, Carminda Cavaco, Armando Nogueira. Com edições diversas, sublinhe-se o papel de Beatriz Rocha-Trindade, com a sua tese de doutoramento em Paris, em 1970, e, entre outros, a publicação do texto *Immigrés Portugais* (Lisboa, ICSPU, 1973), iniciando uma longa estudos na área das ciências sociais, muitos deles cruzando com a história. Há textos para os anos 1960/70 de outras proveniências disciplinares e editoriais sobre migrações, nomeadamente das instituições católicas de ligação aos emigrantes ou de investigadores como Sousa Franco, Óscar Soares Barata ou Alberto de Alarcão. Remetendo para outros nomes aqui não citados e que se podem encontrar na *Bibliografia da Emigração Portuguesa*, de Maria Beatriz Rocha-Trindade e Jorge Arroiteia, editado em 1984, sublinhe-se ainda o facto de a emigração portuguesa se tornar nessa altura objeto de estudo por parte de investigadores estrangeiros, evidenciando a sua importância e novas formas de abordagem², a que os historiadores emergentes após 1974 seriam sensíveis, reconhecendo-se que a historiografia das migrações deveria implicar um olhar além do patamar nacional e de natureza interdisciplinar.

2 No campo da História, Ann Marie Pescatello (*Boths Ends of Journey – an historical study of migration and change in Brazil and Portugal*, Los Angeles, 1970). Noutras áreas, Michel Poinard, Grace Anderson.

Construindo o campo conceptual da emigração

Cingindo-nos, porém, à cronologia referente ao *Dicionário dos Historiadores Portugueses (1779-1974)* proposta para esta comunicação, poderemos então dizer que a data do limite final corresponde ao início do desenvolvimento de uma historiografia das migrações: lembremos que o manual de *História de Portugal*, de A. H. de Oliveira Marques, editada em 1973, é o primeiro a dar um relevo mínimo mas significativo à emigração nos três períodos da História Contemporânea: Monarquia Constitucional, República e Estado Novo, com cerca de uma página sobre emigração em cada período.

Mas as migrações, internas, intra-peninsulares, para as “conquistas” existem há séculos e estão historicamente referenciadas em múltiplos textos, embora, na sua maioria, esses textos sejam exteriores à historiografia e provenientes de outras abordagens: a) utilizando textos literários e cronistas, Joel Serrão, nos seus *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa* aprofunda a questão até ao século XV, com Gomes Eanes de Zurara e a sua *Crónica da Guiné*, passando por muitos outros³; b) problematizando as saídas, António Sérgio, na sua *Antologia dos Economistas Portugueses*, trouxe-nos três autores do século XVII (Luís Mendes de Vasconcelos, Manuel Severim de Faria, Duarte Ribeiro de Macedo) que ponderavam sobre as partidas do Reino e suas causas e consequências. “Partidas para as conquistas”, “saídas”, “ausências”, “falta de gente” são algumas das expressões usadas, não se esquecendo que D. Luís da Cunha falava de “sangria” da população no mesmo sentido, expressões que apontam para uma leitura mercantilista, de cariz populacionista, e da necessidade da introdução das artes para a fixação das gentes, pois, como dizia, Duarte Ribeiro de Macedo, “não sai da sua pátria para viver nas alheias quem tem subsistência certa na própria”⁴.

Entretanto, a data inicial da cronologia referida remete para o ano da fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa, importando registar a coincidência, meramente simbólica, de ser no primeiro volume das *Memórias Económicas*, publicadas

3 SERRÃO, Joel, e outros – *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa – Antologia*. Lisboa: Livros Horizonte, 1976.

4 SÉRGIO, António – *Antologia dos Economistas Portugueses (século XVIII)*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1974. p. 218.

em 1789 pela Academia,⁵ que se utilizam de forma generalizada as palavras *emigração* e *emigrantes* no sentido de saídas do Reino, ainda que indistintamente para as “outras províncias”, para as “conquistas” (ou seja, territórios coloniais) ou para o estrangeiro. Isso acontece em três textos: com António Henriques da Silveira, no *Racional Discurso sobre a Agricultura, e População da Província de Alem-Tejo*; com José Joaquim Soares de Barros, na *Memoria sobre as causas da differente população de Portugal em diversos tempos da Monarquia*; e com Domingos Vandelli, na *Memoria sobre a preferência que em Portugal se deve dar á agricultura sobre as Fabricas*.

No citado volume, António Henriques da Silveira, falando da Província do Minho, para a colocar em contraste com a do Alentejo, afirmava: “não só sustenta o crescido número de seus habitantes, mas ainda emigrão para outras Províncias”; e regista a “emigração anual de muitos milhares de homens, que sahem desta Província para se estabelecerem nas outras do Reino, ou nas suas Conquistas”, saídas que considerava compensadas pela elevada nupcialidade⁶. E mais à frente, num registo tipicamente populacionista, que coloca os interesses da Pátria acima dos interesses individuais, aponta um estigma a quem parte para outros reinos:

Nenhuma couza he tão prejudicial á Republica, como a emigração dos povos; porque com ella se enfraquecem os Estados, e se augmentam a força dos seus inimigos. Ou estes emigrantes tomem as armas contra o Estado, em que nascerão, ou se empreguem na cultura do paiz inimigo; sempre são prejudiciais á sua Patria. Os primeiros a ofendem directamente, empregando contra ella as forças, das quaes se devião servir para a sua defesa. Os segundos indirectamente a ofendem, porque ocupando-se na cultura do campo dos inimigos, facilitão a estes as recrutas do seu exercito, as quaes seriam menos numerosas, se eles não tivessem quem substituísse a falta de cultores. Esta he a cauza porque os Príncipes mais sábios tem acautelado estas emigrações, oferecendo estabelecimento aos póvos, que não cabendo no paiz em que nascerão, querem buscar a subsistência no país alheio. [...] Milhares de Minhotos passam anualmente ao Brazil, e outras Províncias do Reino, sem levarem

5 *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria em Portugal e suas conquistas*. Lisboa: Officina da Academia Real das Siciencias, 1789.

6 *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*... I volume, p.51.

bens alguns, que lhes possuão segurar huma boa fortuna. Aquelles que são mais amantes do ninho em que nascerão, permanecendo nelle, passão huma vida pobre, e miserável. [...] Desta Provincia tão abundante de gente se podem tirar os cazaes necessários para as povoações de que fallamos, sendo crível, que qualquer destes anteponha hum commodo certo na provincia de Alem-Tejo á miseria em que vivem no seu paiz. Deste modo se evitará que a continuada emigração daquelle povo seja prejudicial ao Reino.⁷

A clareza conceptual ainda não ganhara o espaço devido. Também José Joaquim Soares de Barros, na memória citada, usa repetidamente o vocábulo “emigração”. Evocando diferentes épocas para a diferença de população, refere o tempo filipino, de ruína na população interna, mas “fóra do Reino porém se achava mui grandemente augmentada aquella, que, por emigração forçada, ou voluntaria tinha passado às Colónias do Brazil”⁸. Calcula que todos os anos, o “dispêndio” de gente “monta acima de 3000 homens com pouca diferença”⁹, sublinhando, porém, que a transferência populacional para o Brasil deveria ser vista como uma vantagem:

Em fim a navegação do Brazil, a emigração de tanta gente para aquella dilatado paiz, bem longe de ter causado a Portugal perdas notáveis, como geralmente se pensa, estão sustentando as uteis correspondências da nação por meio de huma preciosa Agricultura; estão todos os dias restituindo á Pátria hum grande numero de indivíduos com fortunas avultadas, e conservado fora della mais dous milhões de portuguezes, que há muito annos se acharião extinctos, se eles não estiveram, ou não deixassem a sua posteridade naqueles espaçosos lugares, em estabelecimentos de famílias.¹⁰

Por sua vez, Domingos Vandelli, para além das suas referências à fuga para as cidades, do Algarve dar muitos marinheiros a estrangeiros e das fábricas atraírem muitas pessoas, aponta ainda a emigração como uma das causas da diminuição de

7 *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa...* I volume, p.57-58.

8 *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa...* I volume, p.134.

9 *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa...* I volume, p.143.

10 *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa...* I volume, p.148.

cultivadores, num sentido já ajustado, com expatriação a corresponder a emigração: “expatrião-se muitos cada anno por varias causas, entre as quais he a falta de subsistência: facilitando-se estas emigrações com terras gratuitas para cultivar, e auxílios, que achão fora deste Reino”¹¹.

Outros memorialistas da Academia usam nos tomos seguintes termos da mesma família de emigração no sentido de deslocação. O mais curioso será Constantino Botelho de Lacerda Lobo que nos seus artigos sobre pescarias aponta emigrações de pescadores e migrações de determinados tipos de peixe.

Note-se que o termo “emigração” era originário do direito romano, surgindo pelo menos já nos inícios do século XVII em obras do direito germânico, constituindo-se hoje como objeto de estudo jurídico em si mesmo, a que alguns autores prestam atenção¹². Pelos finais do século XVIII, o termo estava em voga, sendo utilizado no contexto a “emigração” da aristocracia francesa, designação dada à expatriação durante a Revolução, no sentido de refugiados ou exilados.

A referência a emigrações surge ainda na legislação portuguesa em 1810, a propósito de deslocações internas de refugiados no contexto das invasões francesas, que pretendiam alcançar a margem norte do Tejo (edital de 10 de outubro de 1810: “Os Juizes de Fôra, e Ordinários das Terras do Sul do Têjo estabelecerão com as Camaras os Acordãos necessários, para que com o pretexto desta emigração se não vendão por excessivos preços os géneros necessários para a subsistência das familias, que a necessidade obriga a procurar hum asylo contra a tyrannia do inimigo”).

Depois, os diplomas constitucionais das revoluções liberais, distinguindo mais claramente entre nacionais e estrangeiros, ajudariam a concentrar o sentido do termo i/emigrante no sentido específico atual, dado o facto de o imigrante cumular em si o atributo de estrangeiro mas também o de proletário, distinto por isso de outros estrangeiros, nomeadamente os refugiados políticos, atendendo a que os emigrantes se moviam no âmbito dos novos direitos de liberdade de circulação.¹³

11 *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa...* I volume, p.246.

12 MUÑOZ-ARRACO, J. M. Pérez-Prendes Y – *El marco Legal de la emigración española en el constitucionalismo*. Colombres: Archivo de Indianos, 1993.

13 Philippe Rygiel - *L'historiographie des migrations. Mémoires publiés par la fédération des sociétés historiques et archéologiques de Paris et de l'Ile de France*, tome 61, 2010, p.7-17.

Nas Cortes Constituintes de 1821-1822 surge já um uso vulgar dos termos “emigração” e “emigrar”, em várias situações, nomeadamente invocando a “emigração da família real para o Brasil”, mas também da emigração de colonos alemães para o Brasil ou da emigração de pescadores de Vila Real de S. António para Espanha. E, a propósito destes, afirmou-se: “muitas vezes se tem querido obviar esta fatal emigração, porem nunca se poderá vedar ao homem o ir buscar o sustento onde se pode encontrar”.¹⁴

E será no âmbito da discussão sobre o articulado constitucional dos direitos de cidadania, quando uma proposta sugeria a retirado do direito de cidadão a quem se ausentasse do País por mais de cinco anos sem autorização, lembrando leis coercivas anteriores, que se acabou por decidir em função de uma afirmação que se revelou consensual, do deputado Castelo Branco:

O cidadão deve ter a liberdade de ir para onde elle quizer. Se o Governo vê, que a emigração he grande, e tem chegado a ponto de ser prejudicial á sociedade, tome então medidas, evite a emigração, por meios indirectos; porem nunca por meios violentos. O homem he livre de ir aonde quer.¹⁵

Esta afirmação encerrava em si toda a doutrina liberal sobre a emigração no sentido de deslocação com mudança de domicílio para território estrangeiro e será seguida à letra nos períodos constitucionais, não deixando os sucessivos governos liberais de tentarem medidas indirectas de sentido restritivo ou condicionante em função de problemas que surgiram ao longo do tempo.

Já após a independência do Brasil, surge a referência a “emigrados do Brazil” que regressavam e queriam conservar consigo os escravos que lá detinham (editoal de 27 de julho de 1825)¹⁶. Em sentido diverso, no discurso político muito se falaria nos “portugueses emigrados”, na década de 1820 e 1830, a propósito dos expatriados liberais por via do confronto com os absolutistas¹⁷. Estando em vigor

14 *Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, sessão de 2.4.1822.

15 *Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, sessão de 31.5.1822.

16 Pesquisando na base em linha da *Legislação Régia*, encontramos a palavra “emigrado” para um diploma de 1641 e outros posteriores, mas no índice dos organizadores oitocentistas e não no corpo do texto dos diplomas em causa.

17 Por exemplo: *Noções particulares para a História da Emigração Portuguesa; ou politica, administração e diplomacia dos*

a Carta Constitucional, em sessão de 12.2.1828, reafirmava-se o princípio liberal na Câmara dos Deputados, por Morais Sarmento: “O direito de emigrar (que o Artigo favorece) he sem dúvida um direito natural; qualquer individuo pode ser membro da familia, que lhe aprouver, e só um Governo despótico pode obrigar o Cidadão a que pertença a esta, ou áquella Sociedade”¹⁸.

No pós-1834

Entretanto, no jogo dialético dos fatores de mobilidade entre lugares de partida e de destino, o vocabulário preferido no Brasil para entradas de estrangeiros desenvolvia-se na família do termo “colono”, tanto antes como depois da independência. As ameaças de abolição de escravatura e as revoltas de africanos levavam as instituições brasileiras a insistirem na colonização por europeus, iniciada ainda no tempo de D. João VI, mas intensificada na década de 1830. Assim, num interessante opúsculo publicado em 1835, que parece condensar a opinião de uma parte das elites dirigentes do Brasil, o marquês de Abrantes propunha para a Baía a organização de uma companhia colonizadora, para introduzir “braços livres e prestadios”, a que uma “última insurreição dos Africanos” vinha dar maior acuidade, com o “interesse nacional” a mandar “abrir nossas portas e braços a todo o homem civilizado e útil”. No Rio de Janeiro essa introdução já se fazia por meio de empresas particulares para se promover a colonização de gente livre, tendo acabado de chegar ali dois navios, um deles proveniente dos Açores. Também na Baía acabara de chegar a escuna Faialense com colonos: “o empenho com que tantos cidadãos concorreram a contratá-los para o serviço da lavoura, Indústria e Servidão Doméstica, provam, que também na Baía já se vai apreciando as vantagens do serviço feito por mãos livres”. Segundo o autor, chegara portanto a hora da colonização por europeus, com os portugueses em primeiro lugar, e, ainda que Portugal preferisse povoar as suas possessões ultramarinas, a “irmandade” existente entre os dois territórios (de religião, leis, governo, costumes e também a certeza do

principaes agentes dos negócios de Portugal a favor do Imperador do Brazil. Londres, 1830.

18 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, sessão de 12.2.1828.

encontro com amigos, conhecidos e conterrâneos) funcionaria como um “íman irresistível” que convidaria os “emigrados de origem portuguesa” a preferirem o Brasil a qualquer outra região.¹⁹

Foi precisamente neste contexto de assédio brasileiro às populações insulares que, em 1835, a legislação portuguesa voltou a usar os termos que então se generalizavam aplicados a deslocamentos de trabalho agora para um país estrangeiro. Isso acontece com a Portaria de 16 de maio de 1835, emitida por Agostinho José Freire a lembrar a fiscalização a desenvolver pelos Prefeitos dos Açores sobre a angariação de colonos nessas ilhas, fazendo cumprir as leis, lembrando aos incautos “as desgraças a que os vai sujeitar a emigração” e, ao mesmo tempo, pedir às autoridades para atenuarem as “causas impulsivas da emigração”. Nova Portaria de 7 de outubro de 1835, apoiava o papel assumido pelo Governador Vigário Capitular de obstar à “precipitada emigração” na Madeira promovida por especuladores estrangeiros. E, em 1836, tomam-se medidas para com os espanhóis que fugiam ao recrutamento e “emigravam” para Portugal. O termo “emigração” e seus derivados generaliza-se, por esta altura, com publicações periódicas a usarem-no e, finalmente, um historiador a abordá-lo.

Com efeito, foi precisamente nesta conjuntura de corrida aos colonos ilhéus e de nova legislação brasileira, que reconhecia os abusos sobre os colonos e pretendia introduzir algumas medidas de controlo, que Alexandre Herculano escreveu o seu primeiro texto sobre “A Emigração para o Brasil”, publicado no *Diário do Governo*, de 13 de janeiro de 1838. Mas não o faz enquanto historiador: trata-se de um pequeno texto de denúncia dos termos da Lei brasileira de 11 de outubro de 1837, da inerente propaganda aliciadora de colonos e dos sofismas inerentes aos contratos de locação de serviços, cuja estratégia condena, mas afirma não recorrer ao “argumento sofisticado de generalizar” de “escravatura branca” para combater a emigração; reconhece a maior disponibilidade e adequação dos portugueses para a colonização brasileira, mas procura ver também o lado de Portugal e os motivos indutores dessa emigração, sugerindo os melhoramentos materiais, sobretudo meios de comunicação e aproveitamento de baldios, para fixar o camponês à terra, como

19 ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e - *Memória sobre o Estabelecimento de uma companhia de colonização nesta Província*. Bahia: Typo do Diário de G. J. Bezerra, 1835.

forma de contrariar as partidas. Texto interessante, que replica em parte e amplia as propostas das Memórias da Academia das Ciências acima referidas para a reforma da economia e que se fixa no processo de emigração e não no indivíduo, que trata também por colono.

O crescimento migratório e a diversificação dos problemas e abordagens

Com o fim das guerras liberais e a normalização administrativa, a emigração para o Brasil voltou a incrementar-se, surgindo sucessivos problemas com o transporte de colonos, a aliciação de rurais e notícias de alguns escândalos e revoltas no Brasil. A publicação de textos ocorre em consonância com a evolução do número de partidas e com o efeito dos vários tipos de notícias negativas, acrescendo, a partir dos anos 50 a fuga ao serviço militar, os clandestinos, as questões consulares, entre outras. Textos de abordagem aos problemas da emigração encontram-se em jornais e revistas a partir desta altura e nas décadas seguintes, subindo o tema à Câmara dos Deputados por várias vezes. Jornais diários como o *Jornal do Comércio*, *O Comércio do Porto*, a *Revista Universal Lisbonense*, a *Correspondência de Portugal* e, com bastante desenvolvimento, a revista *A América* (1868-1870), com textos de Mendes Leal, tocam e glosam esses problemas, entre outras publicações. De um modo geral, faziam-se declarações sobre o alastramento do fenómeno emigratório, denúncias sobre comportamentos parasitários em torno das partidas por agentes e transportadores, alvitavam-se eventuais soluções restritivas compatíveis com a liberdade de circulação que a Carta Constitucional garantia, o que se revelou sempre difícil. Quase sempre se acabava por considerar a emigração como uma inevitabilidade perante a qual não se podia coartar a liberdade individual, mas defendendo-se um discurso paternalista de esclarecimento e dissuasão dos incautos que se deixariam enredar nas malhas tecidas pelos agentes de emigração. Debatem-se os efeitos positivos e negativos da emigração para Portugal. Em livro, surge Rodrigues de Freitas a publicar em *Notice Sur le Portugal* (1867) duas páginas com dados estatísticos e algumas anotações, sendo um autor que, ao longo da sua carreira

de economista e jornalista, multiplicaria depois as abordagens ao tema, incluindo as questões financeiras inerentes às remessas dos emigrantes (em 1893, mostrava-se preocupado com a crescente inferioridade do emigrante português no Brasil perante a concorrência dos originários de outros países).

Foi no dealbar dos anos 70, após a Guerra da Secessão nos Estados Unidos, quando as políticas de angariação estrangeiras se tornavam mais incisivas, incluindo novos destinos (Luisiana, Hawai), que a temática de emigração ganhou mais relevo na discussão pública e vários autores se debruçaram sobre o tema, aprofundando as suas abordagens. Note-se que, por esta altura, a emigração ganhou uma visibilidade política que nunca antes lhe fora atribuída, o que vai dar origem ao designado *Primeiro Inquérito Parlamentar da Emigração Portuguesa*, em 1873, que resulta num volumoso dossiê de depoimentos e informações de várias origens e duas coleções de documentos apresentados às Cortes pelo ministro dos Estrangeiros (1873 e 1874).

Por esta altura, Eça de Queirós redigia o seu relatório consular sobre o tema, muito mais tarde publicado sob o título *Emigração como força civilizadora* (1979). Os problemas com as velhas formas de emigração contratada, os novos destinos deste tipo de emigração, os escândalos com viagens e passagens e o problema do recrutamento militar suscitaram a intervenção de muitos, incluindo as cartas pastorais dirigidas aos párocos para dissuadirem os seus paroquianos de emigrarem (não esquecendo que os párocos representavam também órgãos da administração, pois eram os presidentes natos das juntas de paróquia). É também um período em que, no Brasil, se publicam textos tocando o problema da imigração, face ao horizonte da abolição da escravatura, que focam aspetos com interesse para o estudo da emigração portuguesa.

Por seu turno, Alexandre Herculano voltava de novo ao tema, entre 1873-1875, publicando sucessivos textos sobre a emigração, sob a forma de cartas dirigidas a Carlos Bento da Silva, que presidia à comissão parlamentar do referido Inquérito, publicadas na *Revista Agrícola* e no *Jornal do Comércio*, depois recolhidas no volume II dos seus *Opúsculos*²⁰. Herculano continuava a defender os postulados liberais, sustentados numa visão mais alargada e num quadro de reformismo agrário

20 HERCULANO, Alexandre – *Opúsculos II*, Lisboa: Ed. Presença, 1983.

para a sua diminuição: liberdade de emigração contra a ideia de contenção suscitada por alguns em nome da baixa de salários para a agricultura; deplora a tirania de miséria e reconhece o direito à esperança e ambição do emigrante, apontando que a emigração de miséria “é sempre o resultado de um defeito ou de uma perturbação nos órgãos da sociedade”; valoriza o refluxo da emigração e o valor das remessas recebidas, reconhecendo que “a nossa melhor colónia é o Brasil, depois que deixou de ser colónia nossa”; sugere várias reformas na agricultura e comércio para indiretamente se diminuir a emigração. A posição liberal de Herculano foi objeto de polémica suscitada de imediato por Paulo de Moraes e mereceria ainda a contradita de José Rodrigues de Mattos, que o acusava de só encarar a “emigração pelo prisma das grandezas”, apontando a elevada mortalidade dos emigrantes à chegada ao Brasil, e por Domingos Percheiro, que, na mesma linha, defendia a inadequação do destino brasileiro ao português e, logo, de restrições às partidas. Por esta altura, multiplicaram-se artigos nos jornais e brochuras, dado o balanço suscitado pelo Inquérito, em que muitos queriam participar²¹.

Foi esse contexto de discussão que levou Frederico Laranjo escolher a emigração para tema da dissertação de doutoramento em Direito na Universidade de Coimbra: “acabava de se discutir no país a questão da emigração [...] comovera-se a opinião pública e inclinava-se para uma derivação da nossa emigração para as colónias”. Desafio que tentou desenvolver cientificamente, segundo o método de Comte, ou seja, “proceder do geral para o particular”, deduzindo, mas também observando: “para tratar uma questão relativa a um tempo e um lugar, é necessário estudar também essa questão na generalidade dos tempos e lugares”, não se confinando o problema da emigração ao “estudo dum curto recinto duma nação pequena e no percurso estreito de alguns anos”: propunha assim uma “teoria geral da emigração, que servisse depois de guia e de intérprete dos factos da emigração portuguesa”. Percorreu para o efeito os vários autores (economistas e geógrafos), de Adam Smith a Marx, de livre-cambistas a protecionistas, procurando equacionar as leis naturais da população, os meios de subsistência e meios de existência, com os mecanismos da economia e com a história. Apresenta-nos a emigração como

21 PERCHEIRO, Domingos António Gomes – *Portugal e Brazil, Emigração e Colonisação*. Lisboa: 1878.

“condição de vida” e “condição de civilização”, segue o evolucionismo social afirmando que o progresso é a passagem da não individualidade à individualidade, defendendo por isso a diversidade económica e a combinação de indústrias para diminuir a emigração, recorrendo a medidas protecionistas, diversidade que se deveria estender a outros domínios (religião, política), concluindo que “a fórmula geral dos remédios contra a emigração é a diferenciação harmónica da sociedade pela combinação íntima e próxima de todos os elementos sociais”²². E, por isso, mostra-se cauteloso sobre a eventual derivação da corrente migratória para as colónias, reconhecendo que, individualmente, o emigrante poderia ser “mais feliz numa nação estrangeira já adulta do que numa colónia pátria nascente”, reconhecendo que o interesse individual e o interesse nacional podem estar em divergência.

Pela mesma altura, em 1878, Gerard Pery, na sua *Statistique du Portugal et de ses colonies*, caracterizava, de forma muito breve, o quantitativo desembarcado no Rio de Janeiro entre 1870-1874, sublinha a elevada mortalidade, o enriquecimento de alguns que retornavam e alinhava alguns dados sobre a presença de portugueses nas principais províncias brasileiras e nos Estados Unidos.

Num sentido pragmático, sobre as questões administrativas, incluindo definição legal do emigrante e problemáticas ligadas a passaportes, contratos regulamentos, navios, passagens e viagens, sublinhe-se o *Relatório e projeto de regulamento*, de Luciano Cordeiro, publicado em 1883, procurando ultrapassar a anterior legislação dividida em emigrantes livres e colonos.

No quadro doutrinal, a questão da emigração tornou-se um tema recorrente para Oliveira Martins na década de 1880. Note-se que Oliveira Martins publicava, em 1873, o livro *Portugal e o Socialismo*, texto em que o relatório do Inquérito pela comissão parlamentar era analisado em tons irónicos, cerca de dez páginas num capítulo sobre “A Revolução e a Propriedade”, concluindo pela sua parte: “Convém que o povo emigre? Não. Como evitar que emigre? Dando-lhe de comer. De comer o quê? Terra.”²³. Esta será a sua visão para o problema nas restantes publicações. Destas, destaque-se a publicação, em 1880, de *O Brasil e as Colónias*

22 LARANJO, José Frederico – *Theoria Geral da Emigração e sua aplicação a Portugal*. Coimbra: Imprensa Literária, 1878, p. 243.

23 MARTINS, Oliveira – *Portugal e o Socialismo*. Lisboa: s/e, 1873, p. 208.

Portuguesas, livro no qual dá a sua versão da história das colónias africanas e no Brasil, a evolução da escravatura, da imigração europeia no Brasil e o papel das colónias portuguesas, numa leitura eivada pelo estigma racial, tocando também a questão da emigração europeia: “colonizar o Reino em vez do Brasil, mas não trocar por forma alguma o Brasil pela África – eis aí o nosso modo de ver sobre o destino da emigração portuguesa”. Enquanto deputado pelo Porto pelo Partido Progressista, Oliveira Martins apresentava na Câmara dos Deputados, em 27 de abril de 1887, o ambicioso Projeto de Lei de Fomento Rural, para estabelecer o equilíbrio demográfico e económico entre o Norte e o Sul, ou seja, para “realizar dentro das fronteiras do reino um movimento de translação que hoje se faz, mas para fora do país”. Exploração dos incultos agrícolas criando colónias internas, racionalização da propriedade, hidráulica, floresta, caça e pesca, crédito rural eram os aspetos que visavam essa “restauração económica”. O projeto não teve consequências, como outros. Os artigos que acompanham o texto do projeto no livro *Fomento Rural e Emigração* mostram o interesse metuculoso que a dimensão histórica da emigração lhe mereceu, com as estatísticas disponíveis para as diversas dimensões e destinos, bem como a sua opinião nesse debate sobre o desvio da emigração para a colonização ultramarina. Neste último aspeto comungava das ideias de Herculano, sendo mais expressivo: “o agravamento progressivo da emigração nacional exprime a desordem sempre crescente da economia social portuguesa”, como se via pelo crescimento da emigração de famílias; “o que aos portugueses cumpre é explorar, e não colonizar a África”, pois, “não se colonizam regiões onde a população abunda”; “desviar para África a corrente da emigração proletária que para além vai, seria um erro económico sem alcance nem vantagem política”. No seu registo romântico, dramatizará metaforicamente o fenómeno da emigração (“de todas as nossas exportações, [...] a mais importante é a de gado humano para o Brasil”), para concluir: “não tratamos, pois, dos meios de corrigir a emigração pela reforma dos costumes e instituições económicas: falta-nos energia para tamanha empresa. Mas não tratemos então igualmente de impedir a saída a quem se não encontra a gosto na terra sáfara de Portugal”²⁴.

24 MARTINS, Oliveira - *Fomento Rural e Emigração*. Lisboa: Guimarães & C.^a Editores, 1956, p. 258.

O agravamento finissecular dos fluxos e as abordagens mais teóricas e comparadas

Na transição dos séculos XIX-XX o fluxo migratório ganhava um volume crescente, englobando mais mulheres e crianças. O problema da baixa de câmbio do Brasil, os impostos nas transferências de dinheiro e as novas condições políticas aterravam o quadro tradicional. A emigração ganhava novas configurações sociais e económicas, ajudando a dramatizar ainda mais os problemas da sociedade de origem, a ponto de o filósofo e político Sampaio Bruno exclaimar: “Hoje vai tudo, marcha a família inteira”.²⁵

Com objetivos de produzir uma “economia nacional e comparada”, surge Anselmo de Andrade. No seu volume, *A Terra* (1898, ampliado depois para *Portugal Económico*, 1902), perante os que viam um amolecimento na febre de emigrar por se propalarem piores condições de receção no Brasil, assinalava:

(...) assinalam-se os registos da novíssima emigração para o Brasil por um facto de singular gravidade. É o êxodo de famílias completas. Antigamente o trabalhador ou o aventureiro emigravam, mas a família ficava. Era uma garantia para o regresso do emigrante e para a vinda de capitais. O emigrado mandava para cá uma parte das suas economias e dos seus ganhos. Mais tarde, se a fortuna o ajudava, era certa a repatriação. Voltava trazendo os seus capitais, e quando os não liquidava no seu regresso do Brasil, recebia aqui pelo menos os rendimentos, que gastava, que repartia e que capitalizava em terras, em prédios ou em títulos. Agora pode mais facilmente deixar de ser assim. Do emigrante, que leva consigo a família, não há a esperar as remessas de dinheiro, que até aqui representavam alguns milhares de contos em cada ano, não sendo mesmo certo que ele volte depois da fortuna feita, porque a pátria não é só a terra onde se nasce. É principalmente a família, e quando esta se leva consigo, os laços, que ficam prendendo o emigrante à sua pátria ficam mais frouxos. Um emigrante, que parte sozinho, volta logo que puder. Uma família inteira, que emigra, fixa-se facilmente no lugar onde encontrou a fortuna, que a

25 BRUNO, Sampaio – *O Brazil Mental*. Porto: Livraria Chardron, 1898, p. 411.

terra da pátria lhe não deu. Tem o seu lar em toda a parte para onde vai. Assim, a emigração, que é sempre um mal, torna-se um mal muito maior”²⁶.

Para Anselmo de Andrade era uma “verdadeira expatriação”. E acrescia um facto, na percepção do capital humano: cada emigrante, por mais pobre que fosse, representava uma “capitalização”, pois “todo o homem adulto tem um valor”, o que equivalia a retiradas significativas do País. Daí registar a crescente opção de desviar a emigração para as colónias, mas que considerava uma mera “aspiração teórica” dadas as condições do Tesouro, uma “fantasia” que às vezes subia ao poder político. Na sua opinião, o “melhor instrumento de colonização não era o emigrante, mas o capital que pudesse levar consigo. Não o havendo, poderia o Estado adiantá-lo? Enquanto não se verificassem condições para a exploração colonial, Anselmo pendia também para o Brasil como a melhor solução, como um “bem relativo”, mas subscrevendo a opinião de Oliveira Martins de que o melhor seria a colonização interna. Como solução, a procura da “fórmula economista” inspirada em Arsène Dumont (*Dépopulation et Civilisation*): “A fórmula economista de uma nação deverá ser a que melhor estabeleça uma justa proporcionalidade entre a terra, o capital e o número de trabalhadores, de modo que cada um destes elementos de produção receba o seu máximo desenvolvimento, e não esteja ocioso nenhum desses três fatores de riqueza”²⁷.

Um contributo curioso é o de Basílio Teles, no quadro da republicana “Biblioteca de Estudos Sociais”. Na obra *Carestia de Vida nos Campos* (1903), coloca em causa o papel das remessas dos “brasileiros” na dinamização da economia, pois só as vê em duas aplicações: capitalização em propriedades rústicas, casas, ações, obrigações e títulos de dívida pública; consumos caros, por importações do estrangeiro. Com o seu dinheiro a distribuir-se entre o exportador estrangeiro e o importador nacional, o seu capital, salvo pequenas exceções, não aproveita aos trabalhadores, ajudando antes, com as suas aplicações, as “tribos depredatórias da Finança e da Política”, isto é, ajudando a manter o sistema instalado²⁸.

26 ANDRADE, Anselmo de – *A Terra*. Lisboa: s/e, 1898, p. 274-275.

27 ANDRADE, Anselmo de – *A Terra*. Lisboa: s/e, 1898, p. 250.

28 TELLES, Basílio – *Carestia de Vida nos Campos*. Porto: Edição Lello & Irmão, 1903, p.218-219.

Nas vésperas da República, Marnoco e Sousa fez imprimir as suas preleções na Universidade de Coimbra, com a edição de *Sciencia económica* (1910). A problemática das migrações é apresentada no quadro geral da população, tocando as posições mais recentes, tais como o neomalthusianismo e a eugenia, incluindo a tendencial quebra da natalidade e da mortalidade, na configuração que hoje denominamos de transição demográfica, enquadradas em leis da população. As migrações derivariam desse mecanismo, tendo a economia como causa principal no desencadear do processo, “quando se rompe o equilíbrio entre a população e as facilidades de satisfazer as necessidades da vida”. Do ponto de vista geral, para Marnoco e Sousa, “a emigração tem contribuído poderosamente para a expansão e progresso da vida social, como instrumento da dispersão da raça branca sobre todos os continentes e ilhas do globo, e como meio da conquista destas para a civilização-tipo dos indoeuropeus. Sem a emigração, ainda a maior parte do mundo se encontraria no estado de barbárie”. Um dos pontos mais interessantes é a sua discussão sobre os efeitos da emigração na população, convocando vários autores: perda numérica e alteração da estrutura; excitante do desenvolvimento da população pela crença numa maior extensão de subsistência, incentivadora do casamento e da natalidade; ou, segundo Bordier, “a separação de um certo número de indivíduos do tronco da pátria parece ser para ela tão útil como a poda o é para uma árvore; a seiva circula melhor e esta espécie de sangria que certos países se aplicam anualmente aumenta na realidade o número dos seus habitantes”²⁹. O autor alinha, ainda algumas considerações sobre o caso português, mostrando a sua preocupação com a partida de famílias inteiras; pondera o valor económico dos emigrantes; valoriza o destino brasileiro e as remessas na contabilidade internacional, com os 18 mil contos anuais: “são os pobres minhotos que de aqui foram rotos e famintos, que pagam de lá as custas do desgoverno do Estado que os enjeitou”; “Portugal, país agrícola, com um terço do seu território inculto [...] ser exportador de gente é uma das suas maiores riquezas”³⁰. Mas a sua posição afirmativa pode ser a seguinte:

A emigração, qualquer que seja o juízo que se forma a seu respeito, constitui

29 SOUSA, Marnoco e – *Sciencia Económica*. Coimbra: F. França Amado, 1910, p. 299.

30 SOUSA, Marnoco e – *Sciencia Económica*. Coimbra: F. França Amado, 1910, p. 311.

uma perda de forças para o seu país. [...] Quanto mais progride uma civilização tanto mais precisa de inteligências e de braços, não tendo sido nunca forte um país de uma população estagnada e disseminada. Só quando estas forças não podem ser convenientemente aproveitadas, em virtude das condições económicas do país, é que a emigração se pode considerar benéfica³¹.

Tributário dos autores anteriores (Laranjo, Anselmo de Andrade, Marnoco e Sousa) e de alguns autores italianos, surge em 1911 *O Problema da Emigração*, de Afonso Costa. Trabalho sintético, para efeito de provas na Escola Politécnica de Lisboa, quando o autor era ministro da justiça do Governo Provisório da I República, apresenta como objetivo a compreensão global do fenómeno em perspetiva comparada com outros países, a fundamentação estatística e a procura de ajustamento jurídico na intervenção do Estado a uma realidade fugidia. Na emigração via Afonso Costa uma função de “atenuar quotidianamente as diferenças de condição entre os povos da terra”, considerando o movimento dos últimos anos em Portugal como um sinal de destruição. Apontava acordos bilaterais como o meio para lhe retirar o seu “aspeto doloroso, patológico” e lhe conferir os carateres de um fenómeno “normal e profícuo”, ligado à vida da nação. Subscrevia também a tese de não desvio para as colónias, defendendo as reformas internas, pelo que, a emigração “devia ser a pedra de toque dos novos governos na sua obra de ressurreição da pátria”. Distinguia dois tipos de emigração: a normal e a patológica, defendendo estas ideias em conjuntura cruel para os republicanos, com a emigração a tornar-se hemorrágica de 1911 a 1913 (dos 39515 do ano de 1910 sobre aos 88929 de 1912, aos 77645 em 1913, sem contar com o acréscimo da emigração clandestina).

Por esta altura, multiplicam-se os escritos e os autores, bem como os estudos em revistas, com relevo para o *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Em todo o caso, merecem realce alguns outros autores, nomeadamente Ezequiel de Campos, que, em *A Conservação da Riqueza Nacional* (1913), procura enquadrar a emigração no quadro da “evolução demológica”, anotando o desequilíbrio Norte-Sul, bem como as suas causas, que o levam também ao questionamento do regime de propriedade

31 SOUSA, Marnoco e – *Sciência Económica*. Coimbra: F. França Amado, 1910, p. 301.

e à questão dos incultos, sobre os quais apresentará projetos como deputado e, mais tarde, como ministro da Agricultura. E Bento Carqueja que, no estudo *O Povo Português* (1916), equaciona o papel do emigrante e da emigração no quadro da demografia e de uma antropologia física da “raça”, questionando-se sobre uma eventual degenerescência, preocupando-se com a qualificação e organização dos emigrantes portugueses.

A ambição teórica mais exigente volta com Fernando Emídio da Silva, através da sua obra *Emigração Portuguesa* (1917). O autor revela uma preocupação de sistematização: classificar, teorizar, aplicar. Assim, passa em revista e discute os conceitos mais usados, as causas da emigração atendendo aos novos fatores, os seus efeitos segundo os autores mais recentes, as formas de intervenção do Estado, as condições de colonização. Mas das 380 páginas, 300 são dedicadas ao caso português: a emigração na balança económica, na balança demográfica, a comparação com outras, os destinos, a cultura, intervenção do Estado. E as soluções, sob a forma interrogativa da síntese triangular relativamente à emigração: 1) deve manter-se o *status quo*, com predominância do destino brasileiro? 2) deve neutralizar-se o êxodo pela fixação na metrópole? 3) desvia-se para África o contingente emigratório? Respostas que lhe exigiram longas digressões sobre a história dessas possibilidades, para terminar em resposta mista: todos os destinos seriam de manter e se África era o mais discutível, dado o peso dos autores anteriores, Fernando Emídio da Silva inclinava-se para a existência de vários planaltos em Angola que seriam acessíveis para instalação dos portugueses, com base em estudos de reconhecimento já publicados.

Curiosamente, Fernando Emídio da Silva diz-nos, em nota final, que as primeiras 340 páginas já estavam impressas em 1915, sendo as restantes impressas em 1916, isto é, o livro foi escrito na fase inicial da Grande Guerra, parte já depois da declaração de guerra por parte da Alemanha a Portugal. Nesta altura, as negociações com França e Inglaterra apontavam um novo destino para os trabalhadores portugueses, ainda que limitado à altura, para ajudarem a assegurar o funcionamento da retaguarda, aspeto que o autor não considerou ainda dadas a conjuntura de guerra, mas a verdade é que o destino intraeuropeu passou a inscrever-se no mapa da emigração, precedendo a dos anos 60.

O quadro restritivo nos países de acolhimento no pós-Grande Guerra

O recuo na emigração no pós-Grande Guerra e a rarefação de obras sobre o tema fizeram com que os estudos tocantes à emigração rareassem. Nos anos 20 os fenómenos de restrição e contingentação vão reduzir drasticamente a emigração. Nos anos 30 vamos receber a devolução de milhares de emigrantes do Brasil e dos Estados Unidos na conjuntura depressiva então vivida. Os olhares portugueses da emigração viram-se cada vez para a questão colonial, na tendência autárquica que restava.

Mas os textos sobre o destino brasileiro e americano continuavam, derivados de conferências e outras intervenções. Em 1920, C. de Sampaio Garrido publica *Emigração Portuguesa*, uma conferência na Câmara Portuguesa de Comércio de S. Paulo, enfatizando a importância do destino brasileiro face a outros destinos.

Em 1934, Nuno Simões publica *O Brasil e a Emigração Portuguesa*, já sob a influência das medidas nacionalistas decorrentes da revolução de 1930 que conduziu Getúlio Vargas ao poder, apontando as medidas que iam diminuindo o campo de ação dos imigrantes. E os volumes do Primeiro Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo, realizado em 1937, trazem uma leitura algo nacionalista da diáspora portuguesa, não deixando de carrear informações interessantes para a história das migrações. Ainda na mesma linha se insere a *História da expansão portuguesa no mundo*, obra editada em 1939, dirigida por António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, mas com colaboração ideologicamente diversificada (Jaime Cortesão colabora com “Relações entre a Geografia e a História do Brasil” e “Expansão territorial e povoamento do Brasil”).

No seu exílio brasileiro, um historiador como Jaime Cortesão continua a abordar, como poucos, na sua imensa bibliografia a questão da colonização do Brasil mas também a presença de portugueses no mundo: sublinhe-se, para fase bandeirante, o seu *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid* (RJ: Instituto Rio Branco, 1950) ou os *Portugueses no Descobrimento dos Estados Unidos* (Seara Nova, 1949) e ainda *A Expansão dos Portugueses na História da Civilização* (1930). Outros autores falarão mais dos portugueses bem-sucedidos, com monografias sobre empresários

e empresas, como Armando de Aguiar, com *Portugueses no Brasil*, 1945. Por sua vez, Raimundo Belo aborda por diversas vezes a *Emigração Açoreana para o Brasil*. A questão da i/emigração diluía-se. Os dois países estavam sob dois regimes parecidos, com a mesma designação: Estado Novo.

O recrudescer da emigração nos anos 1950-74

Nos anos 50, o crescimento económico do Brasil assegurou ainda uma retoma da emigração portuguesa para esse destino. No contexto de falta de liberdade de expressão, os textos sobre a patologia da emigração passam a ter um carácter muito técnico, despidido de opiniões políticas, vindos de quadros do interior do regime. Veja-se, como exemplo, o texto de António Manuel Baptista, “Emigração”, publicado no *Boletim de Assistência Social* (1952). O *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* continua a inserir trabalhos sobre as migrações e as comunidades portuguesas no estrangeiro.

Entretanto, surgem investigadores profissionais a tratar as diversas dimensões das migrações. A revista *Análise Social*, a partir de 1963, representa a edição sistemática de estudos qualificados em que as migrações têm um lugar importante, textos hoje disponíveis *on-line*. A nova geografia trouxe-nos autores como Orlando Ribeiro, em que as migrações, embora deem escassos títulos às suas obras, são uma referência persistente nas suas observações de geografia humana. Assinale-se Raquel Soeiro de Brito, que publicaria, já em 1960, um interessante estudo, intitulado *Agricultores e Pescadores Portugueses na cidade do Rio de Janeiro* (Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar). E Alberto de Alarcão, um investigador de formação agronómica, mas de cujos estudos se destacam títulos como *Mobilidade Geográfica da População de Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes)*, *Migrações Internas, 1921-1960* (FCG/CEE, 1966) e *Migrações Externas da População Metropolitana* (Lisboa: Rumo, 1966). Carminda Cavaco já em 1971 publicava *Migrações Internacionais dos Trabalhadores do Sotavento do Algarve* (*Finisterra*, vol. VI, n.11, p. 41-83).

Com a avalanche da década de 60 para França, os estudos e as reflexões teriam de voltar, como já registámos no início deste artigo, em novos contextos,

abordando os novos destinos, com um papel fundamental para os autores expatriados ou deslocados no terreno. António Barreto, com *Capitalismo e Emigração em Portugal* (Lisboa: Prelo, 1970) e outros textos sobre o tema é um dos exemplos dos novos autores que então proliferam no âmbito das várias ciências sociais e humanas. Para a enunciação autoral e bibliográfica, impossível de desenvolver aqui dadas as limitações de texto, remetemos de novo para Beatriz Rocha-Trindade e Jorge Arroiteia e a referida *Bibliografia da Emigração Portuguesa*.

Conclusões

A historiografia, particularmente até 1974, teve uma presença discreta no estudo das migrações: se procurarmos nos manuais e obras de autor, as referências são quase nulas ou apontam apenas algumas linhas de dados estatísticos. Embora com contributos de alguns historiadores oitocentistas, os contributos mais significativos vieram de outras áreas das ciências sociais, nomeadamente do direito, da economia, da sociologia, da antropologia e da geografia, não esquecendo outros contributos das áreas das línguas e culturas. Centrada no Estado e no seu processo de afirmação, a história ignorou, de forma duradoura, os ausentes, ainda que presentes pelos direitos, pelos laços afetivos e muitos com ligações económicas determinantes. Centrando-se a ação do Estado essencialmente no controlo das partidas, podia-se aplicar a este contexto historiográfico das migrações (tão contrastante com a história da expansão) uma frase do projeto atrás referenciado de Luciano Cordeiro, como que explicando esse esquecimento da emigração: “Saíndo do território nacional, eles deixam de prestar ao Estado a quota-parte da sua atividade, da sua força produtiva, dos seus serviços”. E, por isso, foram, em grande medida e com honrosas exceções, colocados fora do campo do historiador durante muito tempo.



HISTORIOGRAFIA E RES PUBLICA

Em contacto com as suas congéneres europeias e muito marcada pela herança clássica e cristã, a historiografia portuguesa foi até meados do século XX um campo privilegiado de expressão de concepções organicistas, centradas na dicotomia progresso e outros pré-conceitos que têm permeado os discursos sobre a transformação social. Historiadores liberais e positivistas de diversos matizes contribuíram para acentuar estes enfoques. Foram-se entretanto afirmando visões críticas do evolucionismo, assinalando-se continuidades mas também rupturas, diferentes expressões de resistência ao positivismo, mediante um debate transdisciplinar que envolveu abertura a outras ciências humanas e múltiplas orientações teóricas: *Annales*, interpretações marxistas, estruturalismo, *linguistic-turn*.

Pretende-se nesta obra alargar o conhecimento acerca das historiografias e dos historiadores dos séculos XIX e XX - sem esquecer os seus antecedentes e tendências recentes como a história global - nas suas relações com o espaço público e a cidadania, problematizar a sua função social e cultural, tendo em atenção as relações transnacionais e os contextos em que produziram as suas obras. A partir de tópicos-chave, tecem-se balanços críticos sectoriais sobre a historiografia portuguesa, os modos de recepção de debates históricos internacionais, o lugar dos historiadores e a forma como nas suas escritas, da Revolução liberal à actualidade, se estruturaram olhares sobre Portugal na sua relação com outros povos. Em que medida presente e futuro condicionaram a construção social do passado? Qual o horizonte diferencial que os historiadores reconheceram ao passado? Como lidaram com a aceleração das experiências do tempo?

A colecção Historiographica dá a conhecer estudos sobre historiografias e historiadores, a construção de memórias sociais e individuais e usos instrumentais do passado - a sempre complexa relação entre presente, passado e futuro, nas suas relações contextuais com problemas sociais e políticos. Abrange múltiplos tempos e geografias e incentiva a aproximação entre diversas ciências sociais e humanas.



HISTORIOGRAPHICA

LISBON
HISTORICAL
STUDIES

Direcção de
Sérgio Campos Matos & Covadonga Valdaliso

HISTORIOGRAFIA E *RES PUBLICA*

Sérgio Campos Matos e Maria Isabel João (orgs.)

2017

**HISTORIOGRAFIA, CULTURA E POLÍTICA
NA ÉPOCA DO VISCONDE DE SANTARÉM**

Daniel Estudante Protásio (coord.)

2018

CH

CENTRO DE HISTÓRIA

CEMRI  UAb

CENTRO DE ESTUDOS DAS
MIGRAÇÕES E DAS
RELAÇÕES INTERCULTURAIS
UNIVERSIDADE ABERTA

 LISBOA | UNIVERSIDADE
DE LISBOA